



A REGIONALIZAÇÃO DO ESTUDO DO ENSINO RELIGIOSO BRASILEIRO

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira

Livre-docente e pós-doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor e mestre em Ciências da Educação pela Università Pontificia Salesiana di Roma (Itália). Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Religião (GPER).

E-mail: srjunq@gmail.com

Flávio Paes Barreto de Carvalho

Mestrando do Programa de Teologia da PUC-PR. Professor da área de educação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Religião (GPER).

E-mail: fcarvalho68@hotmail.com

RESUMO

Este texto é um estudo preliminar de uma pesquisa exploratória sobre a regionalização do Ensino Religioso a partir das teses e dissertações produzidas nos programas de *stricto sensu* das Instituições de Ensino Superior (IES). Com o objetivo de contextualizar a importância da compreensão nacional deste componente curricular, a partir da implantação e implementação nos sistemas de ensino, os pressupostos expostos e os primeiros dados sobre esta pesquisa contribuirão com a identidade pedagógica e política no Ensino Religioso. No mapeamento realizado para esta etapa da pesquisa, que corresponde ao período de 1975 a 2012, foram localizados 38 trabalhos, sendo 37 dissertações e 1 tese em 21 instituições entre particulares e públicas em 7 programas.

PALAVRAS-CHAVE

Educação; Ensino Religioso; história do Ensino Religioso; pesquisa; regionalização.

1. INTRODUÇÃO

Este texto é o resultado prévio da pesquisa exploratória sobre a regionalização do Ensino Religioso e a construção de identidades locais deste componente curricular que, como parte da base comum nacional, discute conhecimentos, saberes,

assim como valores produzidos culturalmente e expressos nas políticas públicas, gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico, no mundo do trabalho, no desenvolvimento das linguagens, nas atividades desportivas e corporais, na produção artística, nas formas diversas de exercício da cidadania e nos movimentos sociais. Essa especificidade se encontra nas Diretrizes do Ensino Fundamental de 1998 e é reafirmada na Resolução 04/2010 (13 de julho) do Conselho Nacional de Educação em seu artigo catorze.

2. CONTEXTO REGIONAL

A partir do contexto escolar é estabelecida a identificação do Ensino Religioso como um dos componentes do currículo do Ensino Fundamental para as escolas públicas brasileiras, pois, a partir de 1997, com a revisão do artigo 33 (Lei n. 9.475/97), é assumida essa disciplina como elemento integrante de uma área maior da Educação. Ao serem propostas características pedagógicas, isso significa compreender a disciplina dentro do conjunto de teorias e doutrinas na Educação. Em decorrência do primeiro parágrafo do texto legislativo, tal identificação orienta esse componente curricular a partir da LDB, afirmando que os Sistemas de Ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos de Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

Dessa forma, cada sistema estadual e municipal deve orientar o perfil organizacional para o Ensino Religioso, sendo, portanto, impossível identificar uma perspectiva única nas diferentes realidades regionais. Como uma pesquisa exploratória é utilizada para realizar um estudo preliminar, sendo o principal objetivo da pesquisa a familiarização com o fenômeno investigado, a pesquisa subsequente pode ser concebida com uma maior compreensão e precisão. A pesquisa exploratória pode ser realizada por diversas técnicas, no caso deste trabalho, ela foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico, visando proporcionar uma visão geral do tipo aproximativa do assunto tratado (JUNQUEIRA, 2009, p. 42).

Torna significativo lembrar que, historicamente, o Ensino Religioso não foi uma transposição didática, nem o ensino da Teologia ou sequer das Ciências da Religião, pois os professores que atuam nessas disciplinas geralmente não possuem formação nestas áreas. Na realidade, o que se apresenta é a produção do conhecimento desse componente curricular, originalmente a partir do contexto escolar e social, em que a relação – especialmente com as igrejas cristãs – definiu a organização curricular e a formação pedagógica dos professores, o que orientou a metodologia da disciplina. Soma-se a isso a interferência articulada pelos livros didáticos.

As características do conteúdo e metodologia do Ensino Religioso foram gradativamente influenciadas por dois movimentos. O primeiro é “o que ensinar”: orientado pelo movimento das igrejas, desde uma perspectiva conteudista doutrinária até a proposta ecumênica resultante do movimento de diálogo entre cristãos, alcançando uma proposição inter-religiosa. O outro movimento é centrado em “como ensinar”: ocorre pelas diferentes pedagogias do século XX, desde o processo de instrução, passando por propostas que mobilizam os estudantes de forma ativa e interacionista.

Tal proposta de conceber a construção de um componente curricular é uma abordagem que investiga a escola como local de produção do conhecimento com características originais, ou seja, a compreensão de disciplina escolar como cultura escolar. Pesquisadores como Chervel (1990, p. 179-180) investigam a constituição de um corpo de conhecimentos que chama de gramática escolar, construído por pedagogos para servir de apoio ao aprendizado das regras ortográficas. Considerando que as disciplinas escolares têm os seus conteúdos de ensino originários na sociedade e na cultura que rodeiam a escola, não se ligando diretamente às ciências de referência, pois, se assim fosse, seria dada à pedagogia a característica de um simples método.

Portanto, o percurso encontrado na história do Ensino Religioso, mesmo não tendo uma ciência de referência, demonstra que seu conteúdo origina-se da escolha de temas que se ministra ou coordena para esse componente curricular (ERN; AIRES, 2007, p. 93-95). A leitura regionalizada é mediada pela história regional ou local, especialmente pelo fato de que a relação da identidade do Ensino Religioso é de

fato regional, uma consequência da forma de organização da educação regular do país. A prova disso é que 26 estados da federação possuem alguma orientação sobre conteúdo e formação de professores, o que confirma, historicamente, que a organização desse componente curricular foi realizada de forma diferenciada em decorrência dos diferentes contextos.

Compreendendo que a regionalização do Ensino Religioso ocorreu também por levar em conta a abordagem da história local a partir da realidade social, é possível perceber de que forma foram alcançadas algumas metas que são de fundamental importância para a formação do cidadão, pois essa proposta parte de situações de seu cotidiano e de sua comunidade, provocando a reflexão.

Como suporte para esta análise, utilizamos a referência de Fernand Braudel (2013, p. 80-81) que, com seus estudos, passou a compreender a relação do “grande espaço” com o “pequeno espaço”. Nesse processo, há a contribuição da Geografia com particular nitidez, ajudando a configurar um novo conceito de região que se assume como referência para esses estudos de microespaços ou espaços localizados, que em muitos sentidos são dotados de uma homogeneidade bem maior do que os de macro.

Partindo dessa premissa de Braudel, é possível compreender que o macro espaço pode abrigar diferentes civilizações, ainda que de mesma etnia ou formação. Desse modo, a historiografia moderna percebe, com uma nova compreensão, a possibilidade de examinar os micro espaços que abrigavam populações localizadas, que são frações de uma comunidade nacional mais ampla. Esses estudos localizados surgiram como a possibilidade de oferecer uma colaboração no esclarecimento de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais. Através do espaço ou o território historiográfico, que o estudioso elegia a partir de uma região administrativa preestabelecida, implicava deixar escapar uma série de objetos historiográficos que não se ajustam a tais limites. A história local enfatiza a existência de uma multiplicidade de tempos históricos que convivem concomitantemente na realidade de um mesmo país – ou de uma região. Tal proposta aborda muito mais do que os acontecimentos históricos de uma determinada região ou do que a emancipação do lugar; ela aborda a vida dos envolvidos. O pesquisador deixa de lado uma história objetiva e

narrativa pra buscar uma história subjetiva e crítica. Nesse processo, não apenas os acontecimentos oficiais são considerados, mas pequenos temas também podem ser abordados, levando em conta fontes como relatos orais, publicação em jornais e revistas, achados arqueológicos, objetos antigos, cartas, entre outras fontes, que antes não eram aceitas no processo historiográfico. Portanto, o resgate da história local proporciona reflexões históricas significativas, contemplando as propostas para a construção e compreensão do conhecimento e a identificação dos envolvidos enquanto sujeitos históricos.

Essa construção é articulada a partir da compreensão de que a escola é um dos espaços em que a educação ocorre. Essa instituição tem sua origem no projeto da sociedade burguesa urbano-industrial como um dos lugares consagrados à formação do indivíduo e à sua integração em uma comunidade de iguais. Portanto, na escola, é possível transcender seus laços familiares, étnicos ou consuetudinários para criar um sentimento de pertença a uma identidade mais abrangente. Cada unidade escolar pode organizar o seu projeto de educação, permitindo ou não forjar o espírito crítico dos estudantes e favorecer o exercício de escolha desses sujeitos de modo autônomo, ou aos padrões de racionalização e burocratização. O problema da finalidade da escola é certamente um dos mais complexos e dos mais sutis com os quais se vê confrontada a história do ensino. Seu estudo depende, em parte, da história das disciplinas.

Pode-se, globalmente, supor que a sociedade, a família e também a religião experimentaram, em determinados momentos da história, a necessidade de delegar tarefas educacionais a uma instituição especializada, cuja demanda deu origem à escola e ao colégio. Destarte, as grandes finalidades educacionais que emanam da sociedade global não deixaram de evoluir com os séculos, e os comanditários sociais da escola conduzem permanentemente os principais objetivos da instrução e da educação aos quais ela se encontra submetida (ERN; AIRES, 2007, p. 101-103).

Na escola, um dos espaços em que a educação sistematizada ocorre é a sala de aula. Etimologicamente, a palavra aula encontra no latim e no grego o significado de palácio, espaço onde o sujeito recebe suas lições, enquanto no português arcaico indicava o espaço da corte, o palácio real, a sala de honra

e dos cortesãos. Posteriormente, o termo aula passou a referir-se à lição, à exposição didática feita por um professor. O conceito de aula carrega em si a noção de um ritual repleto de símbolos e significados, da relação entre professor e estudantes, e de que se pretende realizar os objetivos definidos pela instituição de ensino. É importante considerar que a aula é um dos elementos educacionais com mais significados, podendo ser uma exposição sobre um tema, um debate, uma leitura orientada, uma pesquisa bibliográfica, uma dramatização, um jogo educacional etc. Ela também pode ser uma sequência de atividades ou unidade de análise didática que se define como conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a consecução de um objetivo educativo em relação a um conteúdo concreto. De qualquer forma, na aula, sempre acontece um processo, explícito ou não, de negociação, relaxada ou tensa, abertamente desenvolvida ou provocada por meio de resistência ou não (CORTELAZZO; ROMANOWSKI, 2011, p. 4-5).

O processo de escolarização promoveu a especialização das matérias ministradas aos estudantes, estando elas estreitamente imbricadas, principalmente quando o mesmo professor se encarregava de várias tarefas. Nesse contexto que compreendemos a história das disciplinas escolares, não se pode fazer abstração da natureza das relações que uma temática mantém com as disciplinas vizinhas. A partir da Primeira Guerra Mundial, aproximadamente, as disciplinas escolares assumiram finalidades educativas que são as iniciadoras das disciplinas, não são, em seu princípio, impostas individualmente a cada mestre, a cada um segundo sua especialidade. É na instituição escolar que as matérias são atribuídas, e que as administra como melhor entende entre seu corpo docente. É um momento em que a antiga polivalência dos professores se vê consideravelmente restringida, pois a cultura da sociedade pesa completamente sobre as disciplinas ensinadas. A transmissão cultural de uma geração a outra põe em ação processos que se diferenciam segundo a idade dos que aprendem. É provável que as características formais dos docentes para o atendimento de estudantes com 6, 10 e 14 anos de idade não sejam rigorosamente idênticas. Mas o verdadeiro limiar é aquele que separa o ensino das crianças e dos adolescentes do ensino dos adultos. Aí está um dos aspectos decisivos da história das disciplinas

escolares, que tem estado há muito eclipsado por fenômenos vizinhos muito mais visíveis. Entre o ensino primário e o secundário de um lado, e o ensino superior de outro, as diferenças eram múltiplas, e importantes.

3. ESTUDO REGIONAL DO ENSINO RELIGIOSO

No cenário brasileiro, a disciplinarização no espaço universitário e escolar ocorreram simultaneamente, confundindo-se em torno da formação da nacionalidade. Mesmo que elas tenham suas origens contemporâneas, acabaram por distanciar-se por interferência das teorias psicológicas, quer pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934), quer pela criação das licenciaturas e bacharelados, ou ainda pela criação dos institutos de ensino. A partir das influências da Psicologia na educação, novas teorias educacionais se desenvolveram, principalmente a partir das contribuições de Piaget (1980) e de Vygotsky (1989). Partindo desses princípios – nível de desenvolvimento cognitivo e estruturas de conhecimento adquiridas pela experiência e convívio sociais – é que são elaboradas diferentes propostas curriculares não só para a disciplina História, mas para o ensino escolar, de um modo geral. Fundamentalmente, a formação universitária dos professores pode ser considerada um dos momentos mais significativos na separação entre a História acadêmica, especializada, e a História escolar; foi ali que a produção acadêmica se efetivou, ampliando enormemente os conhecimentos históricos (VIDAL, 2009, p. 28-30).

No caso específico do Ensino Religioso, que é garantido na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino Fundamental, cada componente curricular, a partir dos princípios já mencionados, orientam-se ainda no processo educativo por meio do desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade; com o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em

vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; assim como o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social (CNE, Resolução n. 04/2010, art. 24).

Ao organizar o cotidiano do Ensino Religioso, é fundamental compreender como ele pode contribuir para a leitura do mundo em todas as suas linguagens, inclusive a das palavras, dos números, dos fatos, do espaço, da arte e da tecnologia. E vai além, pois os elementos abordados favorecem a relação com os valores sociais, os laços de solidariedade, superação do preconceito em todas as suas formas, além de refletir sobre o *ethos*, especialmente a questão da alteridade, um tema próprio desse componente curricular.

Dessa forma, ao organizar o Ensino Religioso no ambiente escolar, construímo-lo na perspectiva formal, ou seja, em uma proposta pedagógica coerente com a instituição, e não como um elemento estranho. Se o que efetivamente acontece na sala de aula é coerente com o projeto pedagógico, o currículo é formalizado, embora não abandone os elementos de um “currículo oculto”, ou o que não é manifesto, aquilo a que tanto os alunos como os professores atribuem sentidos próprios e que interferem no cotidiano da escolarização local.

A compreensão de uma disciplinarização regionalizada do Ensino Religioso ainda é limitada entre os estudos acadêmicos realizados por alguns programas de pós-graduação. Entre as 142 dissertações e 26 teses apresentadas nas instituições de ensino superior brasileiras, foram identificados estudos/pesquisas sobre o assunto apenas em 15 cidades (JUNQUEIRA, 2013, p. 46-52):

Tabela 1 – Distribuição regional dos trabalhos acadêmicos

Região	Estado	Dissertação	Tese
Centro-Oeste	DF	03	00
Centro-Oeste	GO	06	01
Nordeste	BA	01	00
Nordeste	CE	01	01
Nordeste	PB	03	00
Nordeste	PE	05	00

continua

Tabela 1 – Distribuição regional dos trabalhos acadêmicos (conclusão)

Região	Estado	Dissertação	Tese
Nordeste	PI	01	00
Nordeste	SE	01	00
Norte	00	00	00
Sudeste	ES	02	00
Sudeste	MG	11	01
Sudeste	RJ	09	04
Sudeste	SP	42	10
Sul	PR	23	00
Sul	RS	24	09
Sul	SC	10	00
Total	15	142	26

A partir do mapeamento da produção científica sobre Ensino Religioso (entre 1974-2012), foram localizadas 34 dissertações e uma tese sobre a situação regional desse componente curricular, que passou a ser pesquisada a partir da segunda metade dos anos 1990 e na primeira década do século XXI, porém esses estudos ainda são restritivos.

Quadro 1 – Titulação dos trabalhos científicos sobre a regionalização do Ensino Religioso Brasileiro

Região	Estado	Dissertação/Tese	Título
Centro-Oeste	GO	Dissertação	A representação dos professores nas escolas públicas de Goiânia.
Centro-Oeste	GO	Dissertação	Ensino Religioso no contexto da educação de Anápolis.
Centro-Oeste	GO	Dissertação	Realidade do Ensino Religioso nas escolas municipais de Aparecida de Goiânia.
Nordeste	BA	Dissertação	Ensino Religioso nas escolas da Bahia a partir da aplicação da legislação.
Nordeste	PB	Dissertação	Prática dos professores no estado da Paraíba, a partir de pesquisa junto a 232 docentes.
Nordeste	PI	Dissertação	Prática docente de professores das escolas estaduais de Teresina.
Nordeste	RN	Dissertação	O trabalho realizado a partir da Comissão de Ensino Religioso do estado do Rio Grande do Norte.
Sudeste	MG	Dissertação	A educação como propagadora e mantenedora da fé: representações das práticas educativas religiosas nos Grupos Escolares José Rangel e Delfin Moreira, do município de Juiz de Fora (1945-1960).

continua

Quadro 1 – Titulação dos trabalhos científicos sobre a regionalização do Ensino Religioso Brasileiro *(continuação)*

Região	Estado	Dissertação/Tese	Título
Sudeste	MG	Dissertação	Embates entre o Ensino Religioso e o ensino laico na Imprensa Uberabense (1924-1934).
Sudeste	MG	Dissertação	Ensino Religioso em Minas Gerais: uma alternativa de resgate dos valores éticos e morais.
Sudeste	MG	Dissertação	O Ensino Religioso em Minas Gerais a partir do trabalho de Wolfgang Gruen.
Sudeste	MG	Dissertação	O Ensino Religioso na escola pública: um estudo sobre a experiência da rede estadual de Minas Gerais.
Sudeste	RJ	Dissertação	O Ensino Religioso: representações sobre um tema polêmico.
Sudeste	RJ	Dissertação	O estudo sobre o ER no Rio de Janeiro.
Sudeste	SP	Dissertação	A pesquisa trata da questão das concepções de Ensino Religioso no sistema escolar público do estado de São Paulo.
Sudeste	SP	Dissertação	Da legislação à prática docente: o Ensino Religioso nas escolas municipais de Santos.
Sudeste	SP	Dissertação	Ensino Religioso na escola do município de São Paulo (1989-1992).
Sudeste	SP	Dissertação	Ensino Religioso na escola pública do estado de São Paulo a partir da Comissão Especial sobre o Ensino Religioso.
Sudeste	SP	Dissertação	O Ensino Religioso em escolas públicas: contrapondo os modelos dos estados de São Paulo e Paraná.
Sudeste	SP	Dissertação	O Ensino Religioso na visão de estudantes, professores e professoras coordenadoras de escolas públicas estaduais de ensino fundamental ciclo II da cidade de São Paulo: um estudo exploratório.
Sudeste	SP	Dissertação	O estabelecimento da proposta pedagógica e a importância do Ensino Religioso da escola pública.
Sudeste	SP	Dissertação	O trabalho realizado do Ensino Religioso nas escolas de Presidente Prudente (SP).
Sudeste	SP	Dissertação	Processo de implementação do Ensino Religioso nas escolas públicas do estado de São Paulo; o objetivo da pesquisa é mostrar as mudanças ocorridas no formato de epistemológica religiosa ensinada nas escolas públicas no estado de São Paulo.
Sul	PR	Dissertação	Concepção do ER dos professores do Sistema Estadual de Educação do PR.
Sul	PR	Dissertação	Diretrizes do ER no Sistema Estadual de Educação do PR.
Sul	PR	Dissertação	Ensino Religioso nas escolas municipais da zona norte de Curitiba.
Sul	PR	Dissertação	O material produzido pela ASSINTEC.
Sul	RS	Dissertação	A implantação do novo modelo de Ensino Religioso nas escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul: laicidade e pluralismo religioso.

continua

Quadro 1 – Titulação dos trabalhos científicos sobre a regionalização do Ensino Religioso Brasileiro (conclusão)

Região	Estado	Dissertação/Tese	Título
Sul	RS	Dissertação	Evolução do ER nas escolas oficiais do RS.
Sul	RS	Dissertação	Evolução histórica do ER em RS.
Sul	SC	Tese	“Tem azeite na botija?” Ensino Religioso nos anos iniciais do ensino fundamental em Florianópolis – SC.
Sul	SC	Dissertação	Ecumenismo e pluralismo no sistema de Educação de SC.
Sul	SC	Dissertação	Educação Religiosa escolar em Santa Catarina entre conquistas e concessões. Uma experiência ecumênica com enfoque na formação de professores.
Sul	SC	Dissertação	Identidade do ER em SC.
Sul	SC	Dissertação	Os dispositivos que garantem o Ensino Religioso em Santa Catarina.

As pesquisas realizadas demonstram aspectos desenvolvidos em 11 estados da federação: Bahia, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses estudos permitiram a compreensão de elementos como a estrutura organizacional, pedagógica e da formação docente. A partir dos estudos, poderemos identificar o perfil do Ensino Religioso nacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos regionais do Ensino Religioso formam um percurso para compreender as diferentes identidades desse componente curricular, pois as legislações, os elementos pedagógicos e políticos formataram o diferencial nos estados. A existência de pesquisas em diferentes estados confirma a especificidade regional da temática, além do que, a busca pelo entendimento de sua ação, demonstrada nos trabalhos encontrados, confirma a importância de sua compreensão em nível nacional. Este artigo é parte de uma pesquisa preliminar que está aprofundando a identidade e formatação desse processo articulado a partir de 1997, no qual os sistemas de ensino assumiram a tarefa de definir o conteúdo e a orientação do corpo docente.

THE REGIONALIZATION OF THE BRAZILIAN STUDY OF RELIGIOUS EDUCATION

ABSTRACT

This paper is a preliminary study of an exploratory research on regionalization of Religious Education from theses and dissertations produced by programs in the strict sense of the Higher Education Institutions, in order to contextualize the importance of understanding national component of this curriculum from the deployment and implementation in educational systems. Assumptions and exposed the first data on this research will contribute to the educational and political identity in Religious Education. In mapping done for this stage of the research that corresponds to the period from 1975 to 2012 were located 38 works: 37 dissertations and 01 thesis in 21 private and public institutions in 07 programs.

KEYWORDS

Education; Religious Education; history of Religious Education; research; regionalization.

REFERÊNCIAS

- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB n. 07/2010. Brasília: CNE, 2010.
- CORTELAZZO, I.; ROMANOWSKI, J. *Estudo sobre a aula*. Curitiba, 2011. Mimeografado.
- ERN, E.; AIRES, J. Contribuições da história das disciplinas escolares para a história do ensino de ciências. *Educação e Realidade*, n. 32, p. 91-108, jan./jun. 2007.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Religioso*. São Paulo: Ave Maria, 1997.

FRACARO, E.; GILZ, C.; JUNQUEIRA, S. Cultura material escolar e ensino religioso: um caminho para a formação do professor de ensino religioso. *Diálogo Educacional*, v. 9, n. 26, p. 181-195, jan./abr. 2009.

JÚNIOR, M.; GALVÃO, A. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005.

JUNQUEIRA, S. (Org.). *O sagrado: fundamentos e conteúdo do ensino religioso*. Curitiba: Ibpx, 2009.

JUNQUEIRA, S.; WAGNER, R. *O ensino religioso no Brasil*. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011.

JUNQUEIRA, S. (Coord.). *Mapa da produção científica do ensino religioso no período de 1995 a 2010*. Curitiba: GPER, 2013.

LEITE, A. A forma escolar e a produção das disciplinas escolares como objeto de investigação sócio-histórica. *Escritos Educacionais*, v. 4, n. 2, p. 1-11, 2005.

MARANDINO, M. Transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências. *Revista de Educação*, n. 26, p. 95-181, maio/ago. 2004.

VIDAL, D. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. *Currículo sem fronteiras*, v. 9, p. 25-41, jan./jun. 2009.